

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.121 - AL (2019/0331374-9)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**RECORRENTE : MARIO FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, interposto por MARIO FERREIRA DOS SANTOS, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas**.

Depreende-se dos autos que o recorrente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática do delito de feminicídio.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da decisão que decretou a prisão preventiva do ora recorrente. O eg. Tribunal de origem, à unanimidade, denegou a ordem, em v. acórdão assim ementado:

*"PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. FEMINICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA O DECRETO PRISIONAL. DECISÃO BEM FUNDAMENTADA E COM AMPLO ARRIMO NOS AUTOS. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA QUE EVIDENCIA MANIFESTA PERICULOSIDADE NO SUPOSTO MODO DE AGIR DO PACIENTE. EVENTUAIS IRREGULARIDADES DO FLAGRANTE SUPERADAS COM O ADVENTO DE DECISÃO QUE DECRETOU/MANTEVE A CUSTÓDIA PREVENTIVA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS QUE NÃO COMPORTA ANÁLISE APROFUNDADA NESSE SENTIDO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INVOCADO NÃO CONSTATADO. INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS AO CÁRCERE. IRRELEVÂNCIA DA PRESENÇA DE CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. FEITO ORIGINÁRIO TRAMITANDO EM MARCHA REGULAR. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.*

*I - Eventuais irregularidades ocorridas quando da captura do paciente se encontram superadas com o advento da decisão que decretou/manteve a prisão preventiva do autuado,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*até mesmo porque não se constata nenhuma ilegalidade manifesta que autorize o relaxamento da custódia cautelar impugnada, sendo vedada análise aprofundada a esse respeito, dada a vida estreita de cognição sumária inerente ao Habeas Corpus.*

*II - O decreto prisional impugnado traz em seu bojo argumentos bastante convincentes acerca da necessidade da manutenção da prisão preventiva do paciente, com espeque na garantia da ordem pública, tendo em vista a acentuada gravidade em concreto da conduta imputada, a revelar especial periculosidade no suposto modo de agir do paciente, que demonstrou, em tese, intenso e reprovável animus necandi.*

*III É assente nesta Câmara Criminal, na esteira do posicionamento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, que as condições subjetivas favoráveis ostentadas pelo acusado não obstam a manutenção da segregação cautelar, quando presentes os seus requisitos legais, como acontece na hipótese em tesilha.*

*IV - O feito originário aparenta tramitar em marcha regular, dentro da ótica do razoável, eis que, conquanto o paciente permaneça preso provisoriamente há pouco mais de 1 (um) mês (desde 03.06.2019), a denúncia ministerial em seu favor já foi oferecida e recebida, estando o processo de origem no aguardo da efetivação da citação do paciente, determinado mediante precatória, para apresentar resposta à acusação.*

*V - Ordem conhecida e denegada" (fls. 67-68).*

**Daí o presente recurso ordinário**, no qual alega o recorrente que estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea da decisão que determinou sua segregação cautelar. Pondera, neste sentido, que a prisão cautelar foi decretada pela gravidade em abstrato da conduta supostamente praticada, bem como que possuiria condições pessoais favoráveis.

Sustenta a ilegalidade da prisão, porquanto realizada sem mandado e sem se encontrar em situação de flagrância.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva e, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 109-112, pelo

**desprovemento do recurso**, em parecer ementado nos seguintes termos:

*"RECURSO EM HABEAS CORPUS. FEMINICÍDIO. MOTIVO FUTIL. RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA OFENDIDA. EMPREGO DE ARMA BRANCA PRETENDIDA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INVIABILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI EMPREGADO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. Parecer pelo desprovemento do recurso" (fl. 109).*

É o relatório.

**Decido.**

Pretende o recorrente, **em síntese**, por meio do presente recurso ordinário, o reconhecimento da ausência de fundamentação idônea para a manutenção de sua segregação cautelar.

Insta consignar, inicialmente, que qualquer irregularidade quanto à prisão temporária **resta superada** pela superveniência de novo título a embasar a segregação cautelar, qual seja, a **prisão preventiva**, fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública.

Como bem asseverou o eg. Tribunal **a quo**, no v. acórdão ora impugnado, *"Por fim, há de se dizer que eventuais irregularidades ocorridas quando da captura do paciente se encontram superadas com o advento da decisão que decretou/manteve a prisão preventiva do autuado, até mesmo porque não se constata nenhuma ilegalidade[...]"* (fl. 71).

Ilustrativamente, cito os seguintes precedentes:

*"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO POR DUAS VEZES E TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. IRREGULARIDADES NA PRISÃO TEMPORÁRIA. SUPERVENIÊNCIA DE PRISÃO PREVENTIVA. TESE SUPERADA NEGATIVA DE AUTORIA. VIA INADEQUADA. PRISÃO PREVENTIVA. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.*

PERICULOSIDADE CONCRETA E REITERAÇÃO DELITIVA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE.

*1. Não há falar em irregularidade da prisão temporária, porquanto encontra-se superada com a superveniência do decreto de prisão preventiva, que é o novo título judicial ensejador da custódia cautelar.*

*[...]*

*3. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. A custódia cautelar foi decretada especialmente para a necessidade da garantia da ordem pública, em decorrência de reiteração delitiva, pois o recorrente, além de reincidente, supostamente integra organização criminosa voltada para o tráfico de entorpecentes e, ainda, por apresentar comportamento violento e agressivo.*

*4. Recurso a que se nega provimento" (RHC n. 68.970/MG, Sexta Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 29/4/2016).*

"PENAL E PROCESSUAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO TEMPORÁRIA CONVERTIDA EM PREVENTIVA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. INOCORRÊNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ADITAMENTO À INICIAL DO WRIT. NÃO CABIMENTO.

*1. Não há ofensa ao princípio da identidade física do juiz quando demonstrado que o magistrado titular encontra-se regularmente no exercício de suas funções judicantes.*

*2. A superveniente decretação da prisão preventiva torna superada a alegação de nulidade da prisão temporária.*

*3. A teor do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada quando presentes o *fumus comissi delicti* , consubstanciado na prova da materialidade e na existência de indícios de autoria, bem como o *periculum libertatis* , fundado no risco de que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública/econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.*

*4. Na hipótese, a custódia preventiva decorreu da necessidade de acautelar a ordem pública, diante da gravidade concreta do delito, perpetrado, em tese, contra menino de 6 (seis) anos de idade - sobrinho do recorrente -, bem como assegurar a instrução criminal, diante da evidência de intimidação da vítima e de sua mãe.*

5. *Suficientemente fundamentado o decreto constitutivo, descabe falar em constrangimento ilegal. Precedente.*

6. *Descabido o pedido de aditamento à impetração quando os autos já se encontravam instruídos, inclusive com manifestação do Parquet.*

7. *Recurso ordinário não provido"* (RHC n. 54.876/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Gurgel de Faria**, DJe de 1º/9/2015).

Cabe consignar que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores.

Nesse sentido é a sedimentada jurisprudência desta Corte Superior: AgRg no RHC n. 47.220/MG, **Quinta Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> **Regina Helena Costa**, DJe de 29/8/2014; RHC n. 36.642/RJ, **Sexta Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 29/8/2014; HC n. 296.276/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio Bellizze**, DJe de 27/8/2014; RHC n. 48.014/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 26/8/2014.

Transcrevo, para delimitar a **quaestio**, o seguinte excerto da r. decisão que decretou a prisão preventiva do Recorrente, **in verbis**:

*"Trata-se de Representação Criminal formulada pela Autoridade Policial para decretação da Prisão Preventiva de Mário Ferreira dos Santos, o qual, de acordo com os relatos, teria ceifado a vida de Elisângela Maria Barbosa, pessoa com a qual mantinha relacionamento amoroso.*

*Segundo relatado, a presente investigação foi instaurada com vistas a apurar o cometimento de homicídio em face de Elisângela Maria Barbosa, que ocorreu no dia 31 de maio de 2019. No mais, de acordo com os relatos, no dia do fato o autor evadiu-se do distrito de culpa, comparecendo, no entanto, no dia 03 de junho de 2019, compareceu à unidade policial, oportunidade em que confessou ter sido autor do delito.*

*De acordo com o que fora relatado às fls. 01/28, o representado,*

*ao comparecer perante a Autoridade Policial, em breve síntese, relatou que estava relacionando-se com Elisângela Maria Barbosa há aproximadamente 01 (um) ano e 08 (oito) meses e que neste intervalo de tempo descobriu que esta era garota de programa, bem como que também era casada.*

*No mais, de acordo com o relato prestado, o representante, irresignado com estes fatos, principalmente após ligar para a vítima e ouvir uma voz e homem, marcou um encontro, que ocorreu no dia do fato, oportunidade em que, após a vítima recusar dar-lhe um beijo, puxou a faca que estava consigo e desferiu um golpe em seu pescoço.*

*À vista disso, a Autoridade Policial representou pela prisão preventiva de Mário Ferreira dos Santos.*

*É o sucinto relatório. Passo à análise dos fundamentos jurídicos.*

*Como é cediço, para a decretação da prisão cautelar, sob a égide dos princípios constitucionais do estado de inocência (artigo 5º, LVII, da Constituição Federal) e da garantia de fundamentação das decisões judiciais (artigos 5º, LXI e 93, IX, da Constituição Federal), tal intento não pode provir de um automatismo da lei, da mera repetição judiciária dos vocábulos componentes do dispositivo legal ou da indicação genérica do motivo, sob pena de transformar-se numa antecipação da reprimenda a ser cumprida quando do instante da condenação.*

*Necessária se faz a demonstração da existência do fumus commissi delicti, consubstanciado na prova da materialidade e nos indícios suficientes de autoria, e do efetivo periculum libertatis, consignado em um dos motivos da prisão preventiva, quais sejam, a garantia da ordem pública ou econômica, a conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, conforme dispõe o artigo 312 do Código de Processo Penal.*

*Acresce-se ainda a essas hipóteses o não cumprimento de qualquer das medidas previstas no artigo 282, § 4º, do Código de Processo Penal, conforme previsão do atual parágrafo único do artigo 312 do mesmo Diploma Legal.*

*Do mesmo modo, resta imprescindível a demonstração do preenchimento de algum dos pressupostos para aplicação da medida, dispostos, em regra, no artigo 313 também do Código de Processo Penal.*

*A grande novidade da alteração legislativa trazida pela Lei nº. 12.403/11, a meu ver, é a exigência de demonstração pelo magistrado da necessidade da prisão cautelar sob o viés do princípio da proporcionalidade. Embora é certo que esta previsão já se fazia em virtude do tratamento dado pela Carta Magna às prisões cautelares (prisão antes do trânsito em julgado como exceção), agora é necessário que outra medida cautelar, menos gravosa que a prisão preventiva, não seja cabível ao caso concreto.*

*No caso em análise, não obstante o privilégio da atual previsão legal para a aplicação de outras medidas cautelares que não a prisão preventiva, verifico que a medida resta necessária em atenção aos fundamentos da garantia da ordem pública, da conveniência da instrução criminal e da necessidade de assegurar a aplicação da lei penal, que se*

*mostram em risco iminente ante a conduta praticada pelo representado, o qual, supostamente, após matar a vítima, evadiu-se do distrito de culpa, passando 03 (três) dias foragido do distrito de culpa, o que, por sua vez, cria empecilhos à aplicação da lei penal.*

*Nesta senda, observo, ademais, que as circunstâncias concretas do caso em comento, demonstram a periculosidade do representado, que, supostamente, ceifou a vida da vítima por motivo fútil, não sendo dada a vítima qualquer possibilidade de defesa.*

*Assim, denoto que a conduta supostamente praticada pelo representado ultrapassa a gravidade abstrata prevista no tipo penal, merecendo, portanto, maior reprovabilidade, proporcional à conduta do representado.*

*Tais circunstâncias, aliadas ao evidente risco de o réu furtar-se do distrito de culpa, impedindo, portanto, a aplicação da lei penal, revela a imperiosa necessidade da decretação da prisão preventiva, por ser, neste caso única medida eficaz.*

*Demonstradas, então, a prova da materialidade, os indícios de autoria, a necessidade da medida para garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, destaco que se amolda também ao pressuposto previsto no artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal, atendendo a todas as exigências legais para aplicação da medida" (fls. 40-42).*

O eg. Tribunal **a quo** manifestou-se nos seguintes termos, **in verbis**:

*"Como já relatado, trata-se de Habeas Corpus que visa ao relaxamento da prisão do paciente basicamente pelo argumento de que inexistem, no caso, os requisitos para a segregação preventiva.*

*Colhe-se dos autos de origem que o paciente, ao descobrir que sua namorada/amante era casada, teria planejado o seu assassinato, marcando de com ela se encontra num bar, onde desferira, em tese, um golpe de faca à altura do pescoço e supostamente lhe disse: "Eu sou homem, amor", sobrevivendo o óbito da ofendida.*

*O paciente teria fugido e, passados 3 (três) dias do ocorrido, entregou-se à Polícia, confessando os fatos que lhe são imputados, aduzindo que assim agira porque estaria sendo ameaçado pelo esposo da vítima.*

*A autoridade dita coatora, ao contrário do que faz crer a impetração, lançou mão de idôneos fundamentos para decretar a prisão preventiva do paciente, senão vejamos:*

*[...]*

*Como se vê, o decreto prisional impugnado traz em seu bojo argumentos bastante convincentes acerca da necessidade da manutenção da prisão preventiva do paciente, com espeque na garantia da ordem pública, tendo em vista a acentuada gravidade em concreto da conduta imputada, a revelar especial periculosidade no suposto modo de agir do paciente, que*

*demonstrou, em tese, intenso e reprovável animus necandi.*

*A prisão, diante dessas particularidades, afigura-se como a única medida adequada para garantir a ordem pública, não havendo que se falar em medida cautelar alternativa, ao menos por ora" (fl. 70-71).*

Da análise dos excertos acima colacionados, verifica-se que a decisão reprochada evidenciou, de maneira inconteste, lastreada em **dados concretos extraídos dos autos**, a justificativa da prisão cautelar imposta ao Recorrente como **garantia da ordem pública**, notadamente se considerada a forma pela qual foi perpetrada a conduta delituosa, consistente em homicídio qualificado pelo motivo fútil e recurso que impossibilitou a defesa da vítima, **vez que, conforme se depreende dos autos**, o ora Recorrente "*mantinha relacionamento amoroso*" com a vítima, sendo que, tomando conhecimento de que a ofendida era supostamente "*garota de programa, bem como que também casada*", teria ligado para ela e ao "*ouvir uma voz e homem, marcou um encontro, que ocorreu no dia do fato, oportunidade em que, após a vítima recusar dar-lhe um beijo, puxou a faca que estava consigo e desferiu um golpe em seu pescoço*"; circunstâncias que revelam a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do ora Recorrente.

Tais circunstância, digo eu, indicam um maior desvalor da conduta perpetrada, e revela a indispensabilidade da imposição da medida extrema **em razão da necessidade de acautelamento da ordem pública**.

Nesse sentido:

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. FEMINICÍDIO QUALIFICADO TENTADO EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AMEAÇA. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE PRONÚNCIA. SEGREGAÇÃO MANTIDA PELOS MESMOS FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. GRAVIDADE CONCRETA DOS DELITOS. MODUS OPERANDI. RISCO À INTEGRIDADE DA VÍTIMA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. DESPROPORCIONALIDADE ENTRE A*



*SEGREGAÇÃO PREVENTIVA E A PENA PROVÁVEL. REGIME FIXADO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. VIA ELEITA INADEQUADA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.*

*2. A Quinta Turma desta Corte Superior possui firme entendimento no sentido de que a manutenção da custódia cautelar por ocasião de sentença de pronúncia superveniente não possui o condão de tornar prejudicado o habeas corpus em que se busca sua revogação, quando não agregados novos e diversos fundamentos ao decreto prisional primitivo.*

*3. O Superior Tribunal de Justiça - STJ firmou posicionamento segundo o qual, considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição e manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. A custódia cautelar somente deve persistir em casos em que não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, de que cuida o art. 319 do CPP.*

*4. A prisão cautelar foi adequadamente motivada pelas instâncias ordinárias, que demonstraram, com base em elementos concretos, a periculosidade do paciente e a gravidade do delito, evidenciadas pelo modus operandi das condutas criminosas - o paciente teria desferido inúmeros golpes de faca no corpo da vítima, sua então companheira, além de ter-lhe ameaçado causar mal injusto por meio de palavras e de gestos proferidos no momento da intentada criminosa.*

*Tais circunstâncias demonstram a necessidade da custódia cautelar do paciente, a fim de que se resguarde, sobremaneira, a integridade física e psicológica da vítima, quem poderia restar submetida a novas investidas de seu agressor.*

*5. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para manutenção da ordem pública.*

*6. Impossível afirmar que a medida excepcional se mostra desproporcional em relação à eventual condenação que o*

*paciente venha sofrer no fim do processo, porquanto, em habeas corpus, é inviável concluir a quantidade de pena que poderá ser imposta, tampouco se lhe será fixado regime diverso do fechado.*

*7. A questão relativa ao excesso de prazo na formação da culpa não foi objeto de exame pela Corte de origem, no acórdão impugnado, o que obsta a sua análise no presente writ, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.*

*8. Habeas corpus não conhecido" (HC 507.552/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe 22/11/2019).*

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. FEMINICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE AUTORIA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ESTREITA DO WRIT. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DA AGENTE. PRIMARIEDADE. IRRELEVÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

*1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso ordinário. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.*

*2. É inviável a análise, no âmbito restrito do habeas corpus, de teses que, por sua própria natureza, demandam dilação probatória. As provas dos autos devem ser apreciadas durante a instrução criminal, sob o crivo do contraditório, não sendo esta a via adequada para a sua revisão.*

*3. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.*

*4. O decreto de prisão cautelar encontra-se devidamente fundamentado, tal qual exige a legislação vigente. Foram regularmente tecidos argumentos idôneos e suficientes ao cárcere provisório do paciente na decisão transcrita, para garantir a integridade física e psicológica da vítima, além da ordem pública, a qual restou abalada, notadamente diante do modus operandi da conduta - o paciente teria agredido a vítima com socos e golpes de faca, não consumando o feminicídio por*

*circunstâncias alheias a sua vontade.*

*Precedentes.*

5. *Presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastá-la.* 6. *Demonstrados os pressupostos e motivos autorizadores da custódia cautelar, elencados no art. 312 do CPP, não se vislumbra constrangimento ilegal a ser reparado de ofício por este Superior Tribunal de Justiça.*

7. *Habeas corpus não conhecido*" (HC 513.478/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJE 30/08/2019).

**"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO. ALEGAÇÃO DE PRISÃO ILEGAL. MERA REITERAÇÃO DE WRIT IMPETRADO E JÁ JULGADO PELO STJ. PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. CONDIÇÕES PESSOAIS DO ACUSADO FAVORÁVEIS. INSUFICIÊNCIA PARA REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.** 1. *Em relação ao excesso de prazo na conclusão do inquérito policial, constata-se que o presente recurso constitui mera reiteração do pedido formulado no HC 487.825-CE, isso porque há identidade de partes e da causa de pedir, sendo o ato coator dos 2 (dois) feitos o mesmo acórdão (Autos n. 0000013-93.2019.8.06.0000), o que constitui óbice ao seu conhecimento. Ademais, o referido writ já foi julgado por esta Corte Superior. Precedentes.*

2. *Com efeito, se houver prova da existência do crime e de indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.*

3. *Nesse passo, a prisão preventiva foi justificada para garantir a ordem pública, em razão do modus operandi do crime a evidenciar a periculosidade do agente, "dada a 'brutalidade' com que cometido o crime de feminicídio, tendo o paciente supostamente atingido a vítima com uma faca em local público, durante uma festa de vaquejada, vindo a se evadir e ser capturado por populares, o que causou grande repercussão no meio social local" (e-STJ, fl. 159).*

4. Desta feita, não há se falar em ausência de fundamentação concreta, uma vez que, "se a conduta do agente - seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime - revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despiciendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade" (RHC 47.871/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 21/8/2014, DJe 28/8/2014). *Precedentes.*

5. Além disso, o fato de o acusado possuir condições pessoais favoráveis, por si só, não impede ou revoga a sua prisão preventiva, consoante pacífico entendimento desta Corte. *Precedentes.*

6. De mais a mais, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a gravidade concreta da conduta delituosa indicar que a ordem pública não estaria acautelada com a soltura do réu. *Precedentes.*

7. Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nesta extensão, não provido" (RHC 109.997/CE, Quinta Turma, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 13/05/2019).

**Com efeito**, a segregação cautelar também tem como um de seus fundamentos a necessidade de se **assegurar a aplicação da lei penal**, vez que, conforme relatado na decisão objurgada, o agente "*após matar a vítima*", supostamente, teria se evadido do distrito de culpa, "*passando 03 (três) dias foragido*", o que também justifica a indispensabilidade da medida extrema.

Nesse contexto, a Jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de que **a devida caracterização da fuga do distrito da culpa enseja motivo suficiente a embasar a manutenção da constrição cautelar decretada.**

Acerca da **quaestio**, colaciono os seguintes julgados dessa Corte Superior:

**"PREVENTIVA ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RÉU FORAGIDO. NECESSIDADE DE ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.**

**I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso**

*demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.*

**II - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, aptos a demonstrar a indispensabilidade da prisão para assegurar a aplicação da lei penal, uma vez que o agente não foi encontrado para ser citado.**

**III - "Comprovado que o réu teve a vontade livre de se furtar aos chamamentos judiciais, resta configurada, pelas circunstâncias do caso concreto, o pressuposto de cautelaridade da garantia de aplicação da lei penal" (RHC n. 67.404/DF, Sexta Turma, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 7/4/2016, DJe de 19/4/2016).**

*IV - Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao recorrente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, o que ocorre na hipótese.*

*Recurso ordinário desprovido" (RHC n. 95.082/AL, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 21/03/2018, grifei).*

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. REITERAÇÃO DELITIVA E CONDIÇÃO DE FORAGIDO. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. COMPROVAÇÃO DE AUTORIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. VEDAÇÃO. DENÚNCIA OFERTADA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.**

*1. O habeas corpus encontra limites inerentes à sua natureza mandamental e urgente, para atingir o seu escopo precípua de afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir. Por tal razão, acerca da autoria delitiva, além de exigir prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória, não admite imersão vertical NAS provas carreadas nos autos que tramitam nas instâncias de origem e que, por conseguinte, ainda serão por elas examinadas com a reclamada profundidade.*

*2. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar cautelarmente o réu deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos*

*autos, a necessidade da cautela (periculum libertatis), à luz do disposto no art. 312 do CPP.*

*3. Na espécie, a custódia imposta está lastreada na necessidade de resguardar-se eventual aplicação da lei penal, tendo em vista que o paciente, além de ostentar evidente periculosidade, em razão do modus operandi e da reiteração delitiva, estava ciente de que contra ele havia inquérito instaurado para a apuração dos fatos, mudou de endereço sem comunicar às autoridades, e, até o momento, não há notícia de que haja sido localizado, de forma a indicar o risco concreto à aplicação da lei penal.*

*4. Não há excesso de prazo, uma vez que, apesar de ofertada a denúncia, a mencionada demora na formação da culpa deve ser atribuída ao próprio paciente, que, por estar foragido, ainda não foi encontrado para receber eventual citação e, dessa forma, permitir o início da fase instrutória.*

*5. Recurso ordinário não provido" (RHC n. 88.898/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, DJe de 04/12/2017).*

Faz-se necessário asseverar, por fim, que condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, **por si sós**, garantirem a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar, **o que ocorre na hipótese**. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Não se vislumbra, pois, qualquer ilegalidade flagrante no presente caso, apta a ensejar o provimento do recurso.

Ante o exposto, **nego provimento ao recurso ordinário em habeas corpus**.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator